

Apêndice 1

Medidas recentes de regulamentação da utilização de *smartphones* e redes sociais por crianças e jovens

País	Data	Principais regulamentações	Observações importantes
Austrália	2024	Em 28 de novembro de 2024, a Austrália tornou-se o primeiro país a legislar a proibição do acesso às redes sociais por jovens com menos de 16 anos de idade, por via da <i>Online Safety Amendment (Social Media Minimum Age) Act</i> . <sup>1</sup>	A responsabilidade pelo cumprimento da legislação recai exclusivamente sobre as plataformas digitais, que devem implementar medidas eficazes para impedir a criação de contas por menores de 16 anos. <sup>1</sup> Em caso de incumprimento sistemático, as empresas poderão ser sancionadas com coimas até 50 milhões de dólares australianos. <sup>1</sup>
Bélgica	2025	O Governo da Valónia decidiu proibir o uso recreativo de telemóveis e de outros dispositivos eletrónicos com ligação à <i>internet</i> por parte dos alunos do ensino pré-escolar, básico e secundário, em todas as redes de ensino, a partir do início do ano letivo de 2025-2026. <sup>2</sup>	As novas disposições atribuem às escolas a responsabilidade de definir os modos de implementação da proibição - a qual não pode ser derogada - bem como as sanções a aplicar em caso de incumprimento. <sup>2</sup>
Brasil	2025	A 13 de janeiro de 2025 foi aprovada, e entrou em vigor no mesmo mês, a Lei Federal n.º 15.100, que proíbe o uso de telemóveis nas escolas de ensino primário. <sup>3</sup>	As escolas devem elaborar e implementar políticas internas para lidar com situações de incumprimento. <sup>3</sup>
Espanha	2025	É emitida uma Recomendação do Ministério da Educação e do Conselho Escolar do Estado que propõe restrições ao uso de telemóveis nas escolas, aliadas à promoção de competências digitais. <sup>4</sup>	Embora não exista uma lei nacional única, todas as comunidades autónomas seguiram a orientação nacional e implementaram regulamentações próprias com vista à limitação do uso de dispositivos móveis nos estabelecimentos de ensino. <sup>4</sup>
Finlândia	2024	O Governo da Finlândia apresentou uma proposta de alteração à Lei da Educação Básica, com entrada em vigor prevista para agosto de 2025. Esta proposta visa restringir o uso de telemóveis durante o horário escolar, permitindo a sua utilização apenas para fins educativos específicos ou por motivos de saúde devidamente justificados. <sup>5</sup>	Com as alterações, as escolas serão obrigadas a regulamentar o uso e armazenamento de telefones e outros dispositivos móveis durante o dia escolar (inclusive durante os intervalos e intervalos para almoço). <sup>5</sup>
França	2018	A 3 de agosto aprovada pelo Parlamento francês a Lei n.º 2018-698, que estabelece a proibição do uso de telemóveis, <i>tablets</i> e <i>smartwatches</i> nas escolas do ensino primário, 2.º e 3.º ciclos. As escolas secundárias podem ainda decidir aplicar a proibição ou não nos recreios. <sup>6</sup>	Cada estabelecimento de ensino é responsável por definir os procedimentos de aplicação da medida, nomeadamente os locais de armazenamento dos dispositivos durante o horário escolar. As escolas devem estabelecer eventuais medidas disciplinares internas no caso de não cumprimento da norma. <sup>6</sup>

<b>Países Baixos</b>	<b>2024</b>	Encontra-se em vigor, desde 1 de janeiro, uma política nacional que proíbe o uso de telemóveis, <i>tablets</i> e <i>smartwatches</i> nas salas de aula do ensino secundário. A partir do ano letivo de 2024-2025, esta política foi alargada ao ensino básico e à educação especial. <sup>7</sup>	Embora se trate de uma política nacional, as escolas dispõem de autonomia para definir os detalhes da sua aplicação. Podem ser estabelecidas exceções em situações específicas, nomeadamente por necessidades médicas ou para utilização pedagógica no âmbito de aulas de competências digitais ou outras atividades educativas previamente autorizadas. <sup>7</sup>
<b>Reino Unido</b>	<b>2024</b>	O Departamento de Educação de Inglaterra publicou diretrizes que recomendam às escolas o desenvolvimento de políticas próprias para restringir o uso de telemóveis e tecnologias similares durante o período escolar. <sup>8</sup>	Trata-se de orientações não vinculativas, que concedem aos diretores escolares a liberdade para estabelecer regras adaptadas ao contexto e às necessidades das respetivas instituições. Embora não exista legislação nacional sobre esta matéria, 97% das escolas já implementaram políticas de restrição ao uso de telemóveis. <sup>8</sup>

Referências

1. Parliament of Australia. Online Safety Amendment (Social Media Minimum Age) Bill 2024. Canberra: Commonwealth of Australia; 2024. [consultado 2025 jul 10]. Disponível em: [https://www.aph.gov.au/Parliamentary\\_Business/Bills\\_Legislation/Bills\\_Search\\_Results/Result?bId=r7284](https://www.aph.gov.au/Parliamentary_Business/Bills_Legislation/Bills_Search_Results/Result?bId=r7284).
2. Gouvernement de la Fédération Wallonie-Bruxelles. Interdiction de l'usage récréatif des téléphones portables dans les écoles. Bruxelles: Fédération Wallonie-Bruxelles. 2024. [consultado 2025 fev 3]. Disponível em: <https://eurydice.eacea.ec.europa.eu/euryperia/belgium-french-community/national-reforms-general-school-education>
3. Brasil. Lei no 15.100, de 13 de janeiro de 2025. Diário Oficial da União. Brasília; 2025. [consultado 2025 fev 10]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/lei/l15100.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15100.htm).
4. Ministerio de Educación y Formación Profesional; Consejo Escolar del Estado. El uso de dispositivos móviles en la educación del siglo XXI. Madrid; 2024. [consultado 2025 fev 13]. Disponível em: <https://www.educacionfpydeportes.gob.es/mc/cee/buscando-convergencia/dialogos-tic/dispositivos-moviles.html>
5. Ministry of Education and Culture of the Finish Government. Restrictions to be placed on the use of phones and mobile devices in schools. Helsinki; 2024. [consultado 2025 fev 3]. Disponível em: <https://valtioneuvosto.fi/en/-/1410845/restrictions-to-be-placed-on-the-use-of-phones-and-mobile-devices-in-schools>.
6. Legifrance. Loi n° 2018-698 du 3 août 2018 relative à l'encadrement de l'utilisation du téléphone portable dans les établissements d'enseignement scolaire. 2018. [consultado 2025 jan 22]. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000037306030>.
7. Ministry of Education, Culture and Science. Gebruik van mobiele telefoons niet toegestaan in de klas. The Hague. 2023. [consultado 2025]. Disponível em: <https://www.rijksoverheid.nl/onderwerpen/voortgezet-onderwijs/mobiele-apparaten-in-de-klas>.
8. Department for Education. Mobile phones in schools: guidance. London; 2024. [consultado 2025 maio 17]. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/mobile-phones-in-schools>.